

FORMAÇÃO ONLINE DE LEDORES E TRANSCRITORES

ONLINE TRAINING OF SCRIBERS

FORMACIÓN EN LÍNEA DE LECTORES Y TRANSCRIPTORES

Luciana Perdigão
Fundação Cecierj

Alessandro Câmara
Universidade Federal Fluminense

RESUMO. A pesquisa analisa a formação de leitores e transcritores no curso a distância ofertado pela Fundação CECIERJ (Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) no primeiro semestre de 2025. O objetivo foi avaliar a eficácia da disciplina “Ledor e Transcritor”, compreender como as instituições educacionais têm se organizado para oferecer suporte a estudantes com deficiência visual, identificar a percepção dos cursistas quanto à preparação recebida e levantar sugestões para o aperfeiçoamento do curso. A metodologia adotada consistiu na aplicação de questionários online via plataforma *Moodle*, com questões fechadas e abertas, analisadas por meio de abordagem qualiquantitativa. Os resultados indicaram que apenas quatro (15%) das instituições relatam contar com a presença de leitores, enquanto 17 (85%) não possuem esse profissional em sua prática cotidiana. 12 (86%) dos 14 cursistas respondentes se sentiram preparados para exercer a função após a formação, embora 9 (64%) tenham considerado necessária uma carga horária superior às 30 horas oferecidas. As respostas qualitativas destacaram a qualidade dos materiais e da organização da disciplina, mas também apontaram a necessidade de maior carga horária, *feedback* mais detalhado e ampliação da interação com tutores e colegas. A análise evidenciou que o curso representa avanço importante como formação inicial, mas que sua efetividade ainda depende de ajustes estruturais e da articulação com políticas públicas que regulamentem a atuação desses profissionais e garantam formação continuada. Conclui-se que a formação de leitores e transcritores exige equilíbrio entre teoria e prática, além de respaldo institucional, de modo a consolidar esses mediadores como agentes pedagógicos indispensáveis à promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: Acessibilidade Educacional. Deficiência visual. Formação continuada. EaD. Cecierj.

ABSTRACT. This research analyzes the training of readers and transcribers in the distance learning course offered by the CECIERJ Foundation (Center for Science and Distance Higher Education of the State of Rio de Janeiro) in the first semester of 2025. The objective was to evaluate the effectiveness of the “Reader and Transcriber” course, understand how educational institutions have organized themselves to support students with visual impairments, identify students’ perceptions of the preparation they received, and gather suggestions for improving the course. The methodology adopted consisted of administering online questionnaires via the Moodle platform, with closed- and open-ended questions, analyzed through a qualitative and quantitative approach. The results indicated that only four

(15%) of the institutions report having readers, while 17 (85%) do not have such professionals in their daily practice. Twelve (86%) of the 14 responding students felt prepared to perform the role after training, although nine (64%) considered a workload greater than the 30 hours offered necessary. The qualitative responses highlighted the quality of the course materials and organization, but also highlighted the need for a longer course load, more detailed feedback, and increased interaction with tutors and peers. The analysis highlighted that the course represents an important advance as initial training, but its effectiveness still depends on structural adjustments and coordination with public policies that regulate the work of these professionals and ensure ongoing training. The conclusion is that the training of readers and transcribers requires a balance between theory and practice, as well as institutional support, to consolidate these mediators as indispensable pedagogical agents for promoting a more inclusive and equitable education.

Keywords: Educational Accessibility. Visual Impairment. Continuing Education. Distance Learning. Cecierj.

RESUMEN. Esta investigación analiza la formación de lectores y transcriptores en el curso a distancia impartido por la Fundación CECIERJ (Centro de Ciencias y Educación Superior a Distancia del Estado de Río de Janeiro) durante el primer semestre de 2025. El objetivo fue evaluar la eficacia del curso "Lector y Transcriptor", comprender cómo las instituciones educativas se han organizado para apoyar a los estudiantes con discapacidad visual, identificar las percepciones de los estudiantes sobre la preparación recibida y recopilar sugerencias para mejorar el curso. La metodología adoptada consistió en la aplicación de cuestionarios en línea a través de la plataforma Moodle, con preguntas cerradas y abiertas, analizadas mediante un enfoque cualitativo y cuantitativo. Los resultados indicaron que solo cuatro (15%) de las instituciones reportan contar con lectores, mientras que 17 (85%) no cuentan con estos profesionales en su práctica diaria. Doce (86%) de los 14 estudiantes que respondieron se sintieron preparados para desempeñar la función después de la formación, aunque nueve (64%) consideraron necesaria una carga de trabajo superior a las 30 horas ofrecidas. Las respuestas cualitativas destacaron la calidad de los materiales y la organización del curso, pero también la necesidad de una mayor carga lectiva, una retroalimentación más detallada y una mayor interacción con tutores y pares. El análisis destacó que el curso representa un avance importante como formación inicial, pero su efectividad aún depende de ajustes estructurales y de la coordinación con las políticas públicas que regulan la labor de estos profesionales y garantizan la formación continua. La conclusión es que la formación de lectores y transcriptores requiere un equilibrio entre la teoría y la práctica, así como apoyo institucional, para consolidar a estos mediadores como agentes pedagógicos indispensables para promover una educación más inclusiva y equitativa.

Palabras clave: Accesibilidad Educativa. Discapacidad Visual. Educación Continua. Educación a Distancia. Cecierj.

1 INTRODUÇÃO

Após 10 anos da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), que dedica o capítulo IV ao direito à educação, é possível perceber um avanço no acesso das pessoas com deficiência no ensino. Ao incumbir ao poder público o compromisso de assegurar "sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida", este público vem buscando cada vez mais o que lhes é de direito.

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2023, de aproximadamente 780 mil estudantes incluídos em classes comuns em 2015, passou-se para mais de 1,6 milhão em 2023, um crescimento em torno de 105% em oito anos. Quanto à parcela do público com deficiência visual, conforme o Censo Escolar de 2023, 4.321 estudantes cegos e 86.867 com baixa visão estavam matriculados nas escolas da Educação Básica. No Ensino Superior foram registrados 92.756 alunos com deficiência no total, dos quais aproximadamente 23% tinham baixa visão, e cerca de 4% apresentavam cegueira.

A acessibilidade educacional para pessoas com deficiência visual (PcDV) depende, entre outros fatores, da atuação qualificada de leitores e transcritores. Esses profissionais desempenham funções críticas no contexto de avaliações, exames seletivos e na vida acadêmica, mediando a leitura e a escrita de forma imparcial e precisa (Aguirre, 2019; Pereira & Martins, 2021). Apesar de sua relevância, a formação desses profissionais no Brasil ainda carece de regulamentação nacional, conteúdos específicos e carga horária adequada (Junqueira et al., 2017; Retorta, 2021). A ausência de diretrizes padronizadas provoca desigualdades na qualidade do atendimento, afetando diretamente o desempenho e a equidade no processo de avaliação de PcDV.

Diante desse cenário, a Fundação CECIERJ, por meio de sua Diretoria de Extensão, ofertou no primeiro semestre de 2025 a disciplina “Ledor e Transcritor”. Como parte do Programa de Formação Continuada de Professores, a disciplina foi ofertada na modalidade a distância (EaD), com carga horária de 30 horas (Figura 1). Este artigo apresenta uma análise avaliativa dessa formação, considerando a percepção dos cursistas e discutindo os achados à luz da literatura.

Figura 1 – Divulgação da oferta da disciplina no site da Diretoria de Extensão da Fundação Cecierj

CECIERJ

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Período 2025.2 Sobre o programa Inscrições encerradas

Área: Educação Especial e inclusiva

Curso: Teoria e práticas pedagógicas na Educação

Disciplina: Ledor e transcritor

Edital 2025.2

Informações

Público-alvo: Professores de todas as áreas

Duração do curso: 12 semanas

Carga horária: 30 horas

Modalidade: a distância.
Exceto por eventuais videotutorias agendadas, não há dias e horários fixos de estudo nem de aulas. A partir do início do período letivo os cursistas devem acessar a sala de aula virtual, entrar em contato com o material didático e entregar as atividades dentro do prazo proposto. Cada disciplina tem sua dinâmica própria, mas cabe ao cursista definir quando é mais adequado estudar, respeitando os prazos definidos no cronograma.

Vagas: 50

Objetivo(s) de aprendizagem: o curso tem como objetivo capacitar os participantes a atuar como ledor e transcritor, desenvolvendo habilidades de leitura e escrita acessíveis para pessoas com deficiência visual e outras necessidades educacionais especiais.

Fonte: <https://extensao.cecierj.edu.br/cursos/programa-de-formacao-continuada-de-professores/2025-2/5617.php>.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Foi realizada uma revisão bibliográfica exploratória buscando identificar estudos que abordassem a atuação de leitores e transcritores em contextos avaliativos e educacionais, especialmente no Ensino Superior e em exames de larga escala como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A busca, feita no Google Acadêmico com os

descritores “ledor”, “transcritor”, “ENEM” e “ensino superior”, retornou 106 resultados, dos quais foram selecionados oito artigos científicos e uma dissertação de mestrado considerados relevantes para compor o corpus da análise.

Os trabalhos selecionados contemplam diferentes dimensões do tema: aspectos normativos, formação profissional, práticas empíricas, recursos tecnológicos e experiências vivenciadas por candidatos com deficiência visual. No conjunto, destacam-se pontos recorrentes, como a ausência de regulamentação oficial da função, a insuficiência da formação oferecida, a dificuldade técnica na mediação de conteúdos complexos e a fragilidade dos recursos de acessibilidade disponíveis.

A dissertação de Aguirre (2019) é um dos trabalhos centrais, apontando que, embora os leitores tenham ganhado maior visibilidade a partir do ENEM, ainda não existe regulamentação que oriente de forma padronizada sua atuação. O autor observa que “a ausência de regulamentação específica para a atuação do leitor compromete a padronização e a qualidade dos serviços prestados, gerando insegurança tanto para os profissionais quanto para os candidatos atendidos” (Aguirre, 2019, p. 118). Essa lacuna normativa fragiliza a prática e impede que os leitores e transcritores sejam reconhecidos formalmente como agentes pedagógicos.

Outro ponto recorrente nos estudos é a limitação das formações oferecidas, muitas vezes restritas a cursos de curta duração. Aguirre (2019) mostra que os egressos consideram essencial ampliar a carga horária e intensificar atividades práticas, sobretudo em áreas de maior complexidade, como Exatas e Linguagens. Segundo os relatos analisados, “a intensificação das atividades práticas nas áreas de Exatas, Linguagens e Redação” (p. 133) e “o aumento da carga horária da capacitação” (p. 134) seriam medidas fundamentais para qualificar a preparação desses profissionais.

No mesmo sentido, Junqueira, Martins e Lacerda (2017) analisam a acessibilidade no ENEM e indicam que, embora haja previsão legal para atendimento especializado, os critérios de seleção e capacitação de leitores e transcritores ainda são frágeis. Os autores alertam que “é indispensável garantir formação com cada vez mais qualidade no atendimento diferenciado às equipes que atuam na aplicação” (p. 467). Além disso, apontam limitações das provas adaptadas, especialmente em Braille, e problemas

recorrentes na transcrição de redações, que acabam por prejudicar a autonomia dos candidatos.

A crítica também se estende ao campo das línguas estrangeiras. Retorta (2021) demonstra que a aplicação da prova de inglês do ENEM perde validade quando o leitor não possui domínio do idioma, pois a leitura oral transforma uma prova de leitura em um exercício de compreensão auditiva. A autora questiona: “Qual é a validade de construto de uma prova de leitura que foi lida para o candidato? Com certeza é uma prova de compreensão auditiva” (Retorta, 2021, p. 74). O estudo mostra como a falta de preparo técnico do profissional impacta diretamente a equidade da avaliação.

Como alternativa, alguns trabalhos destacam recursos complementares. Aderaldo, Franco e Oliveira (2020) discutem a importância da audiodescrição como ferramenta pedagógica e apontam sua relevância no ENEM, especialmente em provas com imagens, gráficos e quadrinhos. As autoras relatam experiência de formação em audiodescrição baseada na semiótica social multimodal, mostrando que é possível estruturar descrições mais claras e adequadas para candidatos cegos. Apesar disso, ressaltam que a qualidade das descrições ainda varia muito e que a preparação dos leitores nessa dimensão é insuficiente.

Estudos de caráter institucional, como o de Antunes e Veiga (2020), trazem a experiência do Programa de Ingresso Seletivo Misto (PISM) da UFJF. Embora haja avanços na estrutura de acessibilidade, os autores revelam que a formação superficial dos leitores e transcritores continua sendo um dos principais entraves. Relatos de fiscais apontaram a necessidade de um treinamento mais profundo “para termos confiança e sabedoria para arcar com os acontecimentos inesperados” (Antunes & Veiga, 2020, p. 798). Falhas em descrições de imagens e carência de profissionais disponíveis para substituições também foram problemas relatados.

Já Pereira e Martins (2021) reforçam que a formação oferecida pelo INEP aos leitores e transcritores do ENEM, de apenas 12 horas a distância, não é suficiente frente à complexidade da prova. Para os autores, a função exige domínio de técnicas vocais, leitura de símbolos, soletração de palavras estrangeiras e descrição de imagens, o que não se adquire em um curso tão breve. Além disso, destacam a ausência de um manual oficial e padronizado, o que contribui para a desigualdade de critérios entre instituições e estados.

Por fim, as pesquisas de Leria e colaboradores (2022; 2023) trazem análises estatísticas e relatos qualitativos que confirmam a centralidade do trabalho do leitor e transcritor na experiência dos candidatos com deficiência visual. Os dados mostram que esses profissionais são mais solicitados do que provas em Braille ou recursos digitais, mas que sua atuação despreparada pode comprometer a equidade. Os participantes relataram dificuldades em leitura de símbolos, transcrição de redações e descrições orais de imagens, além de apontarem que o tempo adicional concedido nas provas ainda é insuficiente.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e quantitativa, estruturada em três etapas principais: (i) revisão de literatura sobre a atuação de leitores e transcritores em contextos educacionais, apresentada no capítulo anterior; (ii) levantamento diagnóstico junto aos cursistas sobre a atuação de leitores nas suas respectivas instituições e (iii) avaliação da percepção dos cursistas em relação à formação oferecida na disciplina de “Ledor e Transcritor”. Para o diagnóstico e a avaliação foi utilizada a ferramenta de questionário na plataforma *Moodle*, estruturada com perguntas abertas e fechadas.

O diagnóstico teve foco em três eixos: (a) identificação da instituição de atuação, (b) presença ou ausência de profissionais leitores e (c) existência de capacitação ou documentos orientadores para a prática.

Figura 2 – Diagnóstico das instituições

Acessibilidade

Ledor e transcritor 2025-2

[Página inicial](#) / [Cursos](#) / [Educação Especial e Inclusiva](#) / [Teoria e práticas pedagógicas na Educação](#) / [Ledor e transcritor 2025-2](#) / [Aula 1](#) / [Tem ledor na sua escola?](#) / [Completar a pesquisa](#)

Tem ledor na sua escola?

Modo: Anônimo

Em qual escola / instituição você atua ou atuou da última vez? 

Nesse local você já presenciou ou soube da existência de profissionais ledores? 

☒ Não selecionado
☐ Sim
☐ Não

Nesse local existe algum tipo de capacitação ou documento orientador para a atuação do ledor? Explique com mais detalhes ou links. 

Este formulário contém campos obrigatórios marcados com .

Submeter as suas respostasCancelar

Fonte: Elaborado pela autora.

As respostas foram organizadas em planilha eletrônica, permitindo a tabulação quantitativa das frequências e a análise qualitativa das justificativas e relatos.

Quadro 1 – Tabulação das respostas do diagnóstico

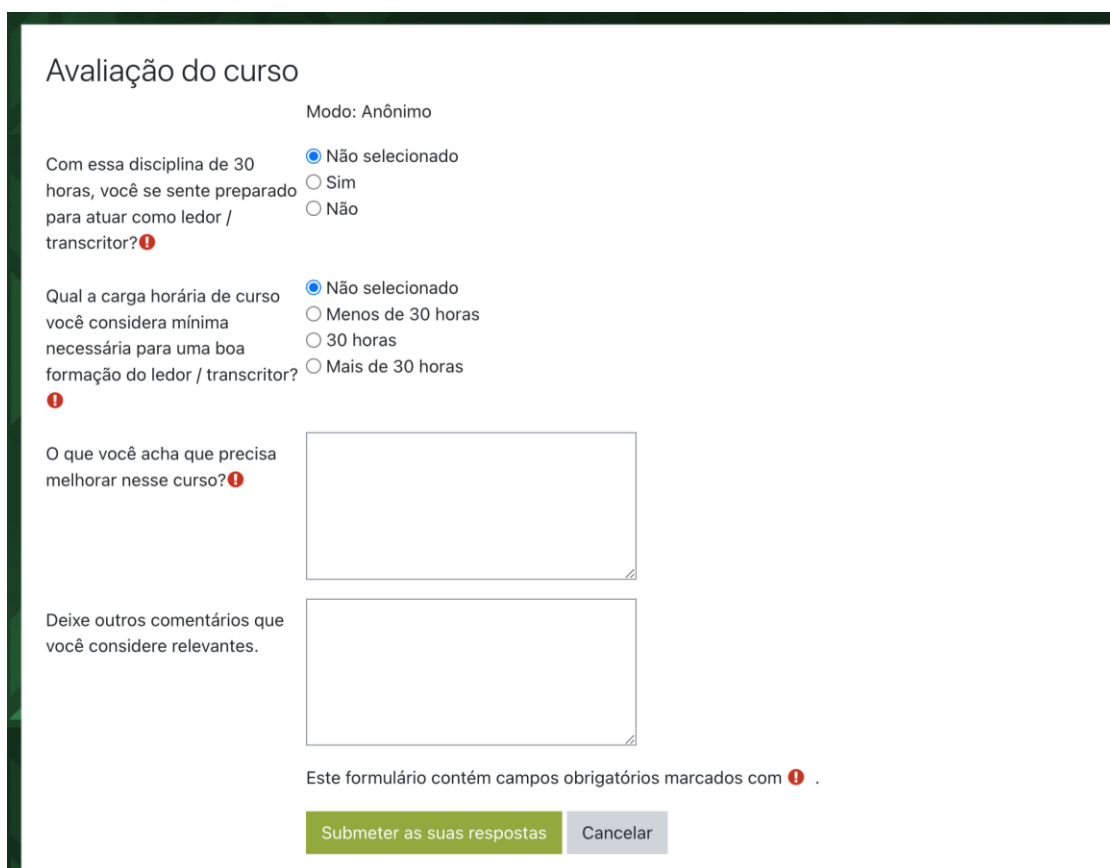
Resposta numérica	Em qual escola / instituição você atua ou atuou da última vez?	Nesse local você já presenciou ou soube da existência de profissionais ledores?	Nesse local existe algum tipo de capacitação ou documento orientador para a atuação do leitor? Explique com mais detalhes ou links.
1	C.E Presidente Bernardes	Não	Não, na minha escola não existe esta formação. Entretanto durante o ENEM a escola recebe ledores, pois a escola é local de provas para alunos com necessidades especiais.
2	E. M. Wilson Batista	Não	Não.
3	Colégio Técnico da UFRJ	Não	No concurso de seleção de alunos para ingresso nas primeiras séries, tendo tomado conhecimento que havia inscritos com necessidades especiais, eu mesma, a partir de pesquisa em sites da internet, criei um texto com orientações para os fiscais do concurso.
4	Escola Municipal José Piquet Carneiro	Não	Não. nunca houve capacitações desse tipo para os professores, ou seja, para atuação como ledores.
5	Escola Municipal Roraima	Sim	Não existe capacitação para essa prática
6	Fundação de Apoio à Escola Técnica	Não	Não tenho conhecimento.
7	GET PRINCESA ISABEL	Não	Não.
8	Colégio AlfaCEM Bilingue	Não	Não sei da existência do documento e não há capacitação proposta pela instituição, mas os profissionais podem buscar pela formação.
9	Spin Educacional	Não	Não possuí.
10	Escola Municipal Alcides Francisco Bran	Não	Não posso afirmar que não tenha algum documento norteador. Na escola em que atuo tem um aluno com baixa visão, ainda sem mediador.
11	Ciep Brizolão 397 Paulo Pontes	Não	Não.
12	Escola Municipal da prefeitura do Rio de	Não	Não
13	EMEF PROFESSORA PEQUENINA CALIXT	Não	Infelizmente não.
14	Rede Sagrado	Não	Nunca tivemos nenhum curso de capacitação para formação de ledores.
15	Ceja Niterói/Maricá	Não	Não tenho conhecimento.
16	Colegio Municipal Oswaldo Portela	Sim	Não havia nenhuma capacitação nem para o leitor nem para o professor regente. O aluno possuía uma doença degenerativa e baixíssima visão. A mediadora lia o que era passado no quadro para que o aluno copiasse no caderno e o aluno respondia oralmente as questões de língua portuguesa e literatura e de outras matérias de humanas pelo que soube mas era muito complicado para ele fazer exercícios de matemática
17	Colégio Estadual Herbert de Souza	Não	Nada sobre o tema.
18	CEJA CENTRAL DO BRASIL	Não	No local onde trabalho não existe capacitação ou documento orientador para a atuação de leitor. Quando a escola funcionava dentro do Instituto Benjamin Constant tínhamos acesso a alguns cursos oferecidos pelo Instituto.
19	Colégio Estadual São João Batista	Não	As escolas estaduais do Rio de Janeiro não oferecem esse tipo de capacitação. Já tivemos alunos com baixa visão e nenhum professor foi avisado.
20	Prefeitura Rj	Não	Não, temos um intérprete de Libras enviado para um aluno surdo.
21	Atuo como professora substituta, na Ed	Sim	Sim . Há cursos. No instituto há cursos nessa área, mas eu só consegui fazer um de 8h, pois era presencial. O curso era para leitor de pessoa cega com TEA.
22	E M Lúcia Caldas	Não	Não existe.
23	Programa Aula Extra Roberto Rocca	Não	Não. Neste projeto tínhamos alguns alunos da Educação Especial porém não havia mediadores, ledores nem documentos referentes à inclusão. Todo esforço para inclusão era realizado pelos professores de forma individual e livre.
24	Centro Educacional Monteiro Lobato	Não	Não a leitor , so mediador que atua com todos os alunos neurodivergentes da escola em uma sala de recurso
25	Colégio Pedro II	Sim	Não sei informar.

Fonte: Elaborado pela autora.

Esse procedimento possibilitou mapear tanto a ocorrência de práticas institucionais de suporte quanto experiências individuais, como a improvisação docente diante da ausência de normativas, que serão apresentados nos resultados.

O questionário de avaliação foi estruturado para captar percepções sobre: (1) Preparação para a função após o curso; (2) Adequação da carga horária; (3) Pontos fortes e sugestões de melhoria.

Figura 3 – Questionário de avaliação do curso



Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados quantitativos foram tabulados e analisados descritivamente. As respostas abertas foram submetidas a análise temática, identificando categorias emergentes.

Quadro 2 – Tabulação das respostas da avaliação

Resposta numérica	Com essa disciplina de 30 horas, você se sente preparado para atuar como leitor / transcritor?	Qual a carga horária de curso você considera mínima necessária para uma boa formação do leitor / transcritor?	O que você acha que precisa melhorar nesse curso?	Deixe outros comentários que você considere relevantes.
1	Sim	30 horas	Gostei muito do curso, não tenho nenhuma observação em relação a isso.	Esse curso colaborou muito na minha atuação profissional.
2	Sim	Mais de 30 horas	Eu gostaria que o curso fosse mais extenso para que pudéssemos fazer mais atividades.	Considero excelente a forma como foi conduzido este curso por incluir os encontros síncronos. Eles fizeram uma grande diferença para a minha aprendizagem. Quero muito continuar estudando sobre o assunto e trabalhar nesta área. Agradeço imensamente por tudo. Parabéns!
3	Sim	Mais de 30 horas	A carga horária precisa aumentar, no mínimo 40 h.	Gostei muito do curso. Achei as atividades interessantes e instrutivas. Os encontros síncronos foram fundamentais para as trocas e assim um aprendizado mais efetivo.
4	Sim	30 horas	Obrigada pelo curso.	
5	Sim	30 horas	Acho que poderia ter algum feedback sobre as atividades anteriores na vídeo chamada. Houveram alguns comentários mas algo mais estrutural seria interessante.	
6	Sim	Mais de 30 horas	Nada.	Gostei muito do curso.
7	Não	Mais de 30 horas	Acredito que o curso poderia ter mais aulas síncronas e com carga horária maior, pois a insegurança em atuar como leitor/transcritor, está no fato do pouco contato com os conteúdos que tratam da acessibilidade.	Gostaria de agradecer pelas atividades propostas pelo curso, bem como a organização e dinâmicas estabelecidas. Considero que foram muito construtivas e interessantes. Achei acessíveis, podendo ser realizadas com aplicativos simples, pois algumas das atividades fiz as gravações de áudio no Whatsapp. Outro fator importante, é que pude aprender a utilizar a melhor, a ferramenta google drive. Enfim, agradeço e já me coloco pronta para me inscrever em outro módulo sobre esse tema caso seja disponibilizado.
8	Sim	Mais de 30 horas	A carga horária. Achei o curso perfeito, pois o consultor nos ajuda muito. Mas para certificado, tem locais que pedem, no mínimo, uma carga horária de 40 h.	Só dizer que achei o curso ótimo e recomendei para todos que conheço, pois realmente deu para aprender muita coisa, apesar do pouco tempo de carga horária.
9	Sim	30 horas	Eu considero que a organização do curso está dentro dos parâmetros necessários para um bom aprendizado. No mais, se for para aumentar o conteúdo, terá que aumentar a carga horária. Portanto, estou satisfeita com a estrutura do curso apresentado.	Confesso que aprendi bastante, uma vez que não conhecia alguns conteúdos aqui colocados. Minha contribuição se dá no quesito de parabenizar a toda equipe pela metodologia, organização, conteúdos relevantes e pela flexibilização e/ou compreensão durante o curso. Gratidão!!
10	Sim	Mais de 30 horas	Mais atividades	
11	Não	Mais de 30 horas	Eu adorei o curso! Mas acho que ele precisa de uma carga horária maior, porque são muitos assuntos para serem tratados em um tempo muito curto.	Poderiam criar o leitor transcritor nível 1; nível 2 e nível 3.
12	Sim	30 horas	Particularmente fiquei bastante satisfeita com o curso tanto no que se refere ao conteúdo técnico quanto ao teórico que foi para além das informações pontuais. Antes destes encontros, havia tido duas experiências em concursos do colégio em que leciono, mas não me sentia preparada tecnicamente. Agia mais pelo bom senso.	Adorei o texto da última unidade que trata da inteligência artificial! Traz esclarecimentos que visam levar o leitor a reflexões e autorreflexões críticas que não demonizam a IA.
13	Sim	Mais de 30 horas	A carga horária, pois desenvolver mais práticas com as tecnologias que estudamos requer tempo.	A estratégia de reavaliar o processo de aprendizagem foi muito bom!
14	Sim	Mais de 30 horas	O curso foi maravilhoso, acho que o que falta nele seria a carga horária maior.	

Fonte: Elaborado pela autora.

4 RESULTADOS

A análise do diagnóstico revelou um quadro marcado pela escassez de profissionais leitores e pela falta de capacitação institucionalizada. Dos 50 cursistas participantes, 25 responderam, sendo que apenas 4 (15%) afirmaram que suas instituições contavam com leitores, enquanto 21 (85%) relataram a inexistência desses profissionais. O cenário se mostra ainda mais crítico quando se observa a formação: somente 1 instituição (≈4%) declarou oferecer cursos ou documentos norteadores para atuação de leitores, ao passo que 24 (96%) afirmaram não dispor de qualquer capacitação estruturada.

Os relatos qualitativos evidenciam aspectos importantes. Em diversas instituições, a presença de ledores se restringe a exames externos, como o ENEM, quando os profissionais são encaminhados por órgãos externos e não fazem parte do quadro institucional. Alguns participantes mencionaram que, diante da demanda, professores criaram orientações improvisadas para apoiar alunos com deficiência visual em atividades avaliativas, revelando boa vontade, mas também a falta de preparo formal. O Instituto Benjamin Constant foi citado como exceção, por oferecer cursos específicos, ainda que curtos e presenciais, voltados para a atuação de ledores. Casos de mediação alternativa também foram relatados, como o uso de mediadores educacionais em substituição à figura do leitor.

Em relação à avaliação do curso, do total de cursistas respondentes (14), 12 (86%) afirmaram sentir-se preparados para atuar como ledores e transcritores após a formação. Entretanto, dois (14%) declararam não se sentirem plenamente aptos.

A maioria (64%, 9 participantes) considerou que mais de 30 horas seriam necessárias para uma formação mais completa, enquanto cinco (36%) julgaram a carga atual suficiente.

Nas respostas discursivas, os pontos positivos mais citados foram:

- Qualidade e clareza dos materiais didáticos;
- Organização da disciplina;
- Relevância do conteúdo para a prática profissional.

As sugestões de melhoria se agruparam em três eixos:

1. Aumento da carga horária;
2. *Feedback* mais detalhado nas atividades;
3. Mais interação com tutores e colegas (fóruns ativos e encontros síncronos).

5 DISCUSSÃO

Os resultados confirmam que o curso cumpre papel introdutório relevante, alinhando-se à visão de Leria et al. (2023) de que a atuação do leitor exige competências além da simples leitura.

Por outro lado, a percepção de insuficiência da carga horária coincide com estudos de Aguirre (2019) e Aderaldo et al. (2020), que defendem formações mais extensas, com ênfase em exercícios práticos e simulações reais.

As sugestões de aumento de interação e *feedback* indicam que, mesmo no EaD, a formação de leitores e transcritores se beneficia de momentos síncronos e trocas entre pares. Essa aproximação contribui para desenvolver segurança e autonomia na execução das tarefas, reduzindo erros que poderiam prejudicar candidatos (Retorta, 2021).

Também se destaca a necessidade de regulamentação nacional, como apontam Pereira e Martins (2021). Sem diretrizes formais, cada instituição adota procedimentos próprios, gerando desigualdade na qualidade do serviço prestado.

Esses resultados reforçam que, apesar de haver iniciativas pontuais e isoladas, o contexto atual carece de políticas institucionais consolidadas, de modo que a formação online de leitores e transcritores se apresenta como uma estratégia fundamental para suprir a lacuna existente e promover práticas inclusivas efetivas no ensino superior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada a partir da disciplina “Ledor e Transcritor”, ofertada em modalidade a distância pela Fundação Cecierj no primeiro semestre de 2025, evidenciou tanto conquistas quanto lacunas ainda presentes nos processos formativos voltados para esses profissionais. O curso mostrou-se uma iniciativa necessária, sobretudo ao propor um percurso de formação inicial que alia teoria e prática e busca responder a uma demanda crescente oriunda das instituições educacionais que necessitam garantir condições adequadas de acessibilidade para estudantes com deficiência visual.

O objetivo central da pesquisa consistiu em avaliar a eficácia da formação oferecida, identificar a percepção dos cursistas quanto ao preparo recebido e compreender de que maneira as instituições educacionais têm se organizado para atender estudantes com deficiência visual. Nesse sentido, os resultados apontaram que a maior parte das instituições ainda não dispõe de leitores e transcritores em sua rotina pedagógica, revelando a incipiência da incorporação desses profissionais no contexto escolar. Constatou-se que apenas 15% das instituições representadas pelos cursistas relataram

contar com leitores, enquanto 85% não possuem esse apoio em sua prática cotidiana. Esse dado é revelador e coloca em evidência a distância entre o que está previsto no marco legal da inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), e a realidade vivenciada por estudantes cegos e com baixa visão.

Outro aspecto relevante refere-se à percepção dos cursistas sobre a formação recebida. Dos 14 participantes respondentes, 86% declararam sentir-se preparados para exercer a função após a conclusão do curso, o que reforça a qualidade do material didático e da organização pedagógica. Ainda assim, 64% consideraram insuficiente a carga horária de 30 horas, sugerindo a necessidade de ampliação do tempo de formação. Esse resultado indica que, embora o curso cumpra um papel fundamental como ponto de partida, há uma expectativa por parte dos participantes de aprofundamento das atividades, maior prática supervisionada e interação mais constante com tutores e colegas. As respostas qualitativas destacaram a relevância dos conteúdos abordados e reconheceram o esforço da instituição em oferecer um percurso formativo estruturado, mas também apontaram fragilidades que devem ser consideradas para edições futuras.

A análise do material qualitativo ainda revelou um conjunto de demandas recorrentes: a ampliação da carga horária, o detalhamento de *feedbacks*, o fortalecimento da interação entre cursistas e tutores e a inserção de atividades práticas mais próximas da realidade vivenciada pelos profissionais em instituições educacionais. Esses apontamentos convergem para a necessidade de consolidar uma proposta formativa que vá além do caráter introdutório, contemplando dimensões mais complexas do trabalho do leitor e do transcritor. O desafio consiste em estruturar um percurso contínuo de formação, capaz de integrar etapas progressivas que avancem da iniciação à especialização, de forma semelhante ao que ocorre em outras áreas de apoio educacional.

Do ponto de vista institucional, a pesquisa evidenciou que muitas escolas e universidades ainda não reconhecem plenamente o papel do leitor e do transcritor como agentes pedagógicos indispensáveis. A ausência desses profissionais em grande parte das instituições representadas sugere que a acessibilidade para estudantes com deficiência visual continua sendo garantida de maneira fragmentada e, por vezes, improvisada. Nesse cenário, a falta de regulamentação específica para a função contribui para que o trabalho desempenhado careça de reconhecimento formal, o que dificulta a criação de políticas

públicas que assegurem condições adequadas de contratação, formação continuada e valorização profissional.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece que a educação deve ser ofertada em igualdade de condições e com a garantia de recursos de acessibilidade. No entanto, como demonstram os dados desta pesquisa, a efetivação desse direito ainda encontra entraves consideráveis. A ausência de leitores e transcritores nas instituições analisadas compromete a qualidade da inclusão e restringe as oportunidades de aprendizagem de pessoas com deficiência visual. Torna-se evidente a necessidade de articulação entre políticas educacionais e práticas institucionais que assegurem não apenas a matrícula, mas também o pleno desenvolvimento acadêmico desse público.

Nesse sentido, a formação inicial oferecida pela Fundação Cecierj constitui um passo importante, mas insuficiente se tomada isoladamente. Para que o impacto seja efetivo, é fundamental que esse tipo de curso seja ampliado, replicado em diferentes regiões do país e articulado com programas governamentais de formação continuada. Além disso, é imprescindível que haja regulamentação específica para a atuação dos leitores e transcritores, conferindo-lhes status profissional e garantindo a presença sistemática desses mediadores nas instituições de ensino. Sem esse respaldo legal e institucional, a função corre o risco de permanecer restrita a iniciativas isoladas, sem alcance suficiente para transformar a realidade educacional em escala nacional.

As implicações dos resultados obtidos neste estudo apontam ainda para a urgência de pensar a formação de leitores e transcritores em diálogo com outros recursos de acessibilidade. O uso de tecnologias assistivas, o desenvolvimento de materiais em braille ou em formatos digitais acessíveis e o apoio de profissionais especializados devem ser compreendidos como parte de uma rede de suporte integrada. Nesse contexto, o leitor e o transcritor desempenham um papel singular, pois atuam diretamente na mediação entre o estudante e o conhecimento, possibilitando que barreiras de acesso à informação sejam superadas em tempo real.

Considera-se, portanto, que a consolidação da função de leitor e transcritor como prática institucional demanda um esforço coletivo que envolve gestores, formuladores de políticas públicas, pesquisadores, professores e os próprios estudantes com deficiência visual. A formação inicial analisada neste trabalho constitui um ponto de partida, mas a

efetividade da inclusão depende de um processo contínuo de aprimoramento, capaz de unir teoria e prática, regulamentação e valorização profissional. Ao mesmo tempo, é necessário avançar na produção acadêmica sobre o tema, ampliando a base de evidências empíricas que subsidiem decisões políticas e pedagógicas.

REFERÊNCIAS

- ADERALDO, Ana Lucia Moreira; FRANCO, Elvira Aparecida Barbosa; OLIVEIRA, Maria Suely da Costa. Introdução à formação de audiodescritores: descrição de imagens em provas do ENEM. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 20, n. 1, p. 99–118, 2020.
- AGUIRRE, Dário de Ávila. **As capacitações de leitores e transcritores para inclusão e acesso em processos seletivos à educação superior: a percepção dos egressos**. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2588/2/DariodeAvilaAguirreDissertacao2019.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2025.
- ANTUNES, Elaine; VEIGA, Luciana Maria. Um estudo sobre o atendimento especial no PISM da UFJF. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 15, n. 29, p. 789–804, 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico**. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar>. Acesso em: 13 set. 2025.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 13 set. 2025.
- CHARLTON, James I. **Nothing about us without us: disability oppression and empowerment**. Berkeley: University of California Press, 1998.
- JUNQUEIRA, Silvia Regina Azevedo; MARTINS, Maria Beatriz Guimarães; LACERDA, Cristiane Bonfim Figueiredo. Política de acessibilidade e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 3, p. 457–472, set./dez. 2017.
- LERIA, Carlos Guilherme et al. ENEM acessível: autonomia para a pessoa com deficiência visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 1, p. 103–122, 2018.
- LERIA, Carlos Guilherme et al. O acesso do estudante com deficiência visual à educação superior: análise dos microdados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 28, p. 107–126, 2022.

LERIA, Carlos Guilherme et al. Perspectivas de pessoas com deficiência visual sobre a acessibilidade no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). **Revista Educação Especial, Santa Maria**, v. 36, e84416, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/84416>. Acesso em: 7 mar. 2025.

PEREIRA, Márcia Maria; MARTINS, Vanessa Lima. A importância do leitor/transcritor como mediador da leitura e da escrita para pessoas com deficiência visual no contexto do ENEM. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 12, p. 128–141, 2021.

RETORTA, Márcia Siqueira. Prova de inglês do ENEM: desafios para candidatos com deficiência visual. **PACK Educacional**, v. 16, n. 1116, p. 58–74, 2021.

Sobre os autores

Luciana Tavares Perdigão

Doutora em Ciências, Tecnologias e Inclusão;

Mestre em Diversidade e Inclusão (UFF), Especialista em tradução audiovisual acessível (UECE) e em Educação Especial e Inovação Tecnológica (UFRRJ).

Técnica em EAD e Divulgação Científica da Fundação Cecierj, Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, Presidente da Comissão Cederj Acessível e Membro do Comitê de Gestores de Ações para Pessoa com Deficiência do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Libre - Laboratório de Inclusão Biopsicossocial e Recursos para Equidade. Está desenvolvendo uma pesquisa de pós-doc sobre o uso da inteligência artificial para acessibilidade dos conteúdos da EAD.

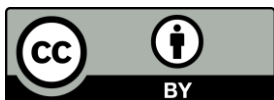
E-mail: lperdigao@cecierj.edu.br

Alessandro Câmara De Souza

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn/UFF). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (2001). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1997). Bolsista da Fundação Cecierj. Prestador de serviços em consultoria de acessibilidade em filmes através de audiodescrição para o centro de produções de legendas CPL. Professor da Fundação Municipal de Educação de Niterói, atuando no atendimento a alunos com baixa visão ou cegueira.

E-mail: camarasouza@gmail.com

Licença de acesso livre



A **ESUD | CIESUD | SIGATEC** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.